

A CONCORRÊNCIA NO SECTOR ELÉCTRICO

João Santana

Prof. Catedrático do IST

Vogal do Conselho de Administração da ERSE

Sumário

Tem sido habitual a empresa do sector eléctrico ser verticalmente integrada desde a produção até à venda de electricidade, podendo a sua actuação ter uma dimensão nacional ou cingir-se a uma região do país. Em qualquer dos casos, nacional ou regional, a empresa tem actuado em exclusivo, monopólio. A existência legal de monopólios públicos ou privados determina a necessidade de uma acção reguladora e esta tem sido exercida pelo estado ou delegada numa entidade mais ou menos independente.

Mais recentemente, a partir da década de 80, sem colocar em causa o monopólio constituído pelas redes eléctricas, tem-se defendido que a produção e a comercialização (venda) de electricidade são segmentos do sector onde é possível introduzir a concorrência. Com a reestruturação em curso nalguns países, pretende-se passar, na produção e na comercialização, do monopólio regulado ao mercado concorrencial. A abertura parcial ou total do mercado significa que uma parte ou a totalidade dos clientes pode, individualmente, escolher o seu fornecedor de electricidade. Espera-se que esta possibilidade de escolher quem fornece a electricidade provoque o processo concorrencial.

Serão referidas, sumariamente, algumas experiências vividas em países que abraçaram a desregulação do sector eléctrico: Inglaterra e Gales, países nórdicos, alguns estados dos EUA e Espanha. A referência ao caso espanhol merece uma atenção especial.

Da nossa parte tem havido uma insatisfação teórica face a grande parte da literatura que tem abordado a problemática da concorrência no sector eléctrico. Encontrámos algum conforto em J. Hicks e em G. Debreu (J. Arrow), o qual será referido neste trabalho.

No final são revisitadas algumas das principais questões analisadas ao longo do texto.

1. Do Monopólio Regulado ao Mercado Concorrencial

Para a maioria dos sectores económicos, o mercado concorrencial impôs-se como a solução para o encontro entre a oferta e a procura. Noutros sectores com determinadas características (energia eléctrica, telecomunicações, distribuição de água...) apareceram empresas monopolistas que têm sido, naturalmente, reguladas.

O processo de integração vertical e horizontal no sector eléctrico ocorreu de forma natural desde o aparecimento desta indústria no final do século XIX. No início existiam pequenas redes isoladas que ligavam um centro electroprodutor a um centro de consumo. Posteriormente, a interligação dos sistemas isolados, conseguida com o desenvolvimento da rede de transporte, potenciou as economias de escala intrínsecas à tecnologia e ao funcionamento em rede cooperativo.

No sector eléctrico, as economias de escala e as reduções de custos de transacção obtidas com as integrações vertical e horizontal favoreceram o aparecimento do monopólio. Desde cedo se sentiu a necessidade de limitar o poder de mercado da empresa monopolista através de uma acção reguladora, o que deu origem ao monopólio regulado.

A partir da década de 80, sem colocar em questão o monopólio constituído pela infraestrutura das redes, tem-se defendido que a produção e a comercialização da electricidade são segmentos do sector onde é possível introduzir a concorrência. Assim, assiste-se, nalguns países, à desregulação da indústria eléctrica. Para pequenos sistemas isolados aceita-se que a sua exploração seja efectuada através de uma única empresa, pois esta solução reduz custos de transacção.

Devemos ter consciência que a passagem do monopólio regulado ao mercado concorrencial, no qual os consumidores têm a possibilidade de escolha de fornecedor, não significa só aumentar o eventual número de operadores. Significa, também, quebrar todo o enquadramento regulatório pré-existente, por exemplo, sobre os centros produtores de energia eléctrica. Teoricamente, o risco dos produtores aumenta, no entanto, eles ganham a liberdade para estabelecerem estratégias de modo a maximizarem os seus lucros, tendo, naturalmente, em conta a acção dos restantes concorrentes.

Relativamente ao ano de 2001, o Quadro I apresenta alguns dados económicos de empresas cujos enquadramentos vão do monopólio regulado até ao mercado concorrencial. A designação Global I resulta da aglutinação das empresas apresentadas, relativas a subsectores do sector eléctrico. Enquanto soma das

empresas de comunicações móveis o Global II é questionável, no entanto, apresentam-se os resultados obtidos.

	Activo Líquido [10 ⁶ €]	Capitais Próprios [10 ⁶ €]	Resultado Líquido [10 ⁶ €]	Rendibilidade C.P. [%]
EDP Distribuição	4 968	1 579	185	11,7
CPPE	4 446	2 361	295	12,5
Global I	9 414	3 940	480	12,2
PT	4 537	1 559	277	17,8
TMN	1 268	541	272	50,3
Vodafone	1 067	473	104	22,0
Optimus	1 106	336	-24	-7,1
Global II	3 441	1 350	352	26,1

Quadro I: Dados económicos referentes a 2001

2. Implementação do Mercado no Sector Eléctrico

Antes de apresentar as soluções ditas de mercado concorrencial ou melhor, desregulado*, convém referir como se estabelece a ordem de funcionamento dos diferentes centros produtores, com base nos respectivos custos marginais, submetidos ao monopólio regulado.

Verificar-se-á que a bolsa (pool) obrigatória é uma solução típica do mercado desregulado. Nela é confrontada a agregação das ofertas de produção, com a agregação das ofertas de consumo. Estabelece-se um preço de equilíbrio que será pago a todos os centros produtores que tiverem oferecido a sua energia a um preço inferior ao de equilíbrio.

Uma outra metodologia do mercado desregulado baseia-se na não obrigatoriedade da bolsa e confere a liberdade aos operadores para estabelecerem entre si, produtores e comercializadores, contratos ditos bilaterais, naturalmente, não submetidos à regulação.

* Desregulado no sentido de não submetido à regulação económica.

2.1. Sistema Regulado

No sistema eléctrico regulado todas as relações comerciais que se estabelecem, da produção até à venda da electricidade, são contratualizadas e aprovadas pela entidade reguladora. Os preços de venda aos clientes finais são fixados de modo a obter o volume monetário global que satisfaça as obrigações decorrentes da regulação.

A expansão do sistema, por exemplo um novo centro produtor ou um incremento da rede, resulta do planeamento centralizado. A aceitação pela regulação de novos investimentos obriga a sua remuneração. Refira-se que o sistema regulado nada impõe relativamente à propriedade dos diferentes segmentos do sector e ao número de empresas. Assim, por esse mundo fora encontramos situações distintas, quer no que se refere à propriedade, pública ou privada, quer relativamente ao número de empresas, uma ou várias.

Se o planeamento centralizado tem por objectivo a minimização do custo no longo prazo, uma outra característica do sistema regulado é a necessidade de existir um organismo responsável pela minimização dos custos de operação diária e ao longo do ano: coordenação da manutenção programada e estabelecimento da entrada em funcionamento dos diferentes centros de produção. Em cada momento, as centrais disponíveis devem ser ordenadas para satisfazerem o consumo, de acordo com os seus custos marginais (custos variáveis de produção). Se esta ordenação é relativamente simples para as centrais térmicas e hídricas de fio de água (sem armazenamento), o mesmo já não se verifica para as hídricas de albufeira (com armazenamento). Para estas últimas, a obtenção do custo marginal não é fácil, é necessário o recurso a um programa de optimização para estabelecer em cada instante o valor da água.

É importante assinalar que o sistema regulado não é avesso à concorrência. O novo aproveitamento energético deve ser construído através de um concurso público. As actividades reguladas estão apenas submetidas ao risco técnico de operação, apresentam, portanto, um risco reduzido. A sua remuneração deveria reflectir o baixo risco e não deveria ser constante durante a sua longa vida; a indexação ao mercado de capitais teria a virtude de associar a remuneração do sector eléctrico a um mercado altamente concorrencial.

2.2. Bolsa Obrigatória de Energia Eléctrica

Nos sistemas eléctricos onde existe uma bolsa obrigatória, para realizar as vendas e compras de energia eléctrica, tem que existir um agente neutro face aos interesses em confronto, o operador do mercado. Este recebe dos produtores as ofertas de venda de energia descriminadas, por exemplo, para as 24 horas do dia seguinte. Recebe dos comercializadores, distribuidores e de alguns consumidores as ofertas de compra igualmente descriminadas. Para cada hora do dia seguinte, o operador de mercado faz a agregação das ofertas de venda, isto é, constrói uma função p_v (preço) crescente com P (potência = energia por hora). Para o mesmo intervalo de tempo agrega as ofertas de compra elaborando a função da procura p_c (preço) decrescente com P (potência = energia por hora), Fig. 1.

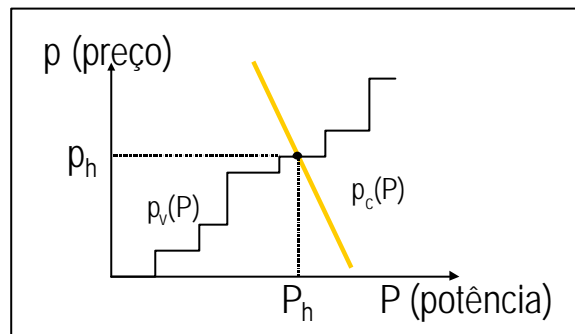


Fig. 1: Determinação do preço de equilíbrio

Para a hora h , o ponto de encontro das duas curvas determina o par de valores P_h e p_h . Todas as centrais que oferecerem a sua produção a um preço inferior a p_h são seleccionadas para funcionarem nessa hora, o somatório das suas potências é igual a P_h . Todos os centros produtores seleccionados são remunerados pelo preço de encontro, preço marginal do sistema na hora h .

A central que ofereceu energia ao custo zero, por exemplo um aproveitamento hidroeléctrico de fio de água puro, será remunerado, na hora h , pelo preço marginal do sistema. A receita assim obtida será para pagar o encargo fixo de instalação. A central seleccionada com preço mais elevado, igual a p_h , tem também custos fixos, como são estes recuperados? A resposta não tem sido fácil e a situação simplista encontrada tem sido a de atribuir às centrais disponíveis uma verba suplementar, por vezes designada por garantia de potência.

A circulação da energia da produção até ao local de consumo faz uso das redes (monopólio regulado) às quais é devido o pagamento de uma quantia regulada – tarifa de uso de redes.

Na prática, os consumidores finais não actuam directamente na bolsa. Há intermediários, os comercializadores e o(s) distribuidor(es). Este último gere a rede de distribuição que chega ao cliente e pode vender-lhe a energia com preços regulados – as tarifas de clientes finais. O comercializador adquire a energia na bolsa, paga o uso das redes utilizadas e vende aos clientes com preços não regulados.

No sistema desregulado com bolsa obrigatória os preços de venda aos clientes finais deveriam reflectir os preços estabelecidos na bolsa. No entanto o poder político, receoso do mercado, tem estabelecido tarifas de venda a clientes finais que não traduzem o comportamento de curto prazo na bolsa. É óbvio que estas tarifas funcionam como preços máximos.

A existência em simultâneo da bolsa obrigatória e de preços máximos de venda aos clientes explicam, em parte, o que se passou na Califórnia e o que vem acontecendo em Espanha. Sob estas condições, é o vendedor que suporta os eventuais elevados lucros da produção. Sendo o vendedor independente da produção, ele pode ser conduzido à falência como aconteceu na Califórnia. Se o vendedor e a produção de electricidade pertencerem ao mesmo grupo empresarial, tal como acontece em Espanha, não há risco de falência do grupo. No país vizinho, a figura do vendedor sem produção própria (comercializador independente) não conseguiu impôr-se apesar de terem existido várias tentativas. Após 6 anos de mercado, em Espanha, não aconteceram alterações significativas face à situação precedente: os operadores tradicionais e as respectivas quotas de mercado mantêm-se sem variações significativas.

No sistema eléctrico baseado na bolsa obrigatória, a responsabilidade pela garantia de fornecimento está diluída, o que pode provocar problemas de abastecimento em situações extremas. É de salientar que esta questão não se colocou enquanto existiu a bolsa de Inglaterra e Gales (Pool). Surgiu nova produção, a qual pode ser justificada pelos preços verificados na “pool” e pela existência de uma densa rede de gás, apresentando preços convidativos.

O reconhecimento pelo regulador inglês de que o preço da “pool” não traduzia as reduções nos custos da produção, levou-o a propor uma nova metodologia para realizar as transacções de energia. Esta, designada por “New Electricity Trading Arrangements” (NETA), elimina a bolsa obrigatória e permite os contratos bilaterais

entre produtores e comercializadores. Esta forma de organização será analisada no ponto seguinte.

2.3. Contratos Bilaterais

O principal relacionamento entre a produção e a comercialização no tipo de mercado em análise caracteriza-se por se estabelecer através de um contrato (bilateral) entre produtor e comercializador; naturalmente, esta relação, técnico-comercial, não está sujeita à regulação. O uso das redes continua regulado como se descreveu no ponto anterior.

Secundariamente, para permitir transacções de energia excedentária, pode surgir uma (ou várias) bolsa de energia de excedentes, não obrigatória. Esta processa uma quantidade de energia cujo volume tem sido reduzido, face ao afecto aos contratos bilaterais, inferior a 5%. Assim tem acontecido nas bolsas não obrigatórias que se constituíram na Inglaterra e Gales, Holanda, Alemanha e França.

O reduzido peso das transacções fora dos contratos bilaterais indicia que o relacionamento bilateral entre a produção e a comercialização, conduz a, ou reforça, os grupos empresariais integrados e auto-suficientes.

Convém referir que neste tipo de mercado o contrato bilateral entre um (só) centro electroprodutor e um cliente não faz sentido, pois significa estar fisicamente no sistema em rede e ter um comportamento de sistema isolado. O comercializador só garante aos seus clientes um funcionamento com elevada garantia de fornecimento, se tiver à sua disposição produção suficiente para situações severas: avaria de equipamentos, seca prolongada e se for possível estabelecer, convenientemente, a manutenção programada. O modelo desregulado em análise, favorece a criação ou a manutenção de grupos empresariais integrados e com uma certa dimensão crítica.

É razoável, o passado assim o mostrou, admitir a cooperação entre grupos empresariais existentes. A produção independente dos grupos integrados referidos, tem mais dificuldades em entrar no mercado de contratos bilaterais do que no sistema de bolsa obrigatória.

O caso do mercado eléctrico nórdico constituído pela Noruega, Suécia, Finlândia e parte da Dinamarca, merece uma menção especial pelo facto de a bolsa não obrigatória gerir um volume de energia mais elevado que o referido anteriormente. Cerca de 25% da energia consumida naqueles países é transaccionada em bolsa. A hidroelectricidade tem um papel determinante; em especial na Noruega, ela representa

quase 100% da energia produzida. Este facto pode ser determinante para as importantes transacções na bolsa e para os baixos preços que nela, habitualmente, se têm verificado. Este mercado é muitas vezes apresentado como um caso exemplar, no entanto, recentemente, apareceram notícias na imprensa internacional que indicam existirem dificuldades na garantia de abastecimento!

3. Características do Negócio da Produção de Energia Eléctrica

Recentemente, Miguel A. Fernandez Ordoñez apresentou um artigo intitulado “Guia dos problemas de concorrência no sector energético”. Este artigo merece uma especial referência por dois motivos; o primeiro, relativo à clareza com que são expostos os problemas que a introdução da concorrência encontra no sector eléctrico e o segundo motivo, advém do autor do artigo ser um economista com larga experiência no assunto em questão. Em Espanha, ele foi Presidente do Tribunal de Defesa da Concorrência e posteriormente, Presidente da Comissão Nacional do Sistema Eléctrico (organismo de regulação). Apresentam-se de seguida as características que, na opinião de Miguel Ordoñez, potenciam a existência de poder de mercado no mercado da produção da energia eléctrica. Alguns dos comentários apresentados são retirados do artigo referido, outros são da minha responsabilidade, pois nem sempre há coincidências de opiniões.

1º A rigidez da procura

Estou em desacordo relativamente à posição de Miguel Ordoñez que defende que, no sector eléctrico, a procura é rígida, a qual associada ao poder de mercado dum produtor confere-lhe lucros elevados.

No curto prazo, pode afirmar-se que uma parte do consumo é, aparentemente, inelástica face ao preço. Durante a duração do contrato entre o comercializador e o seu cliente, ou durante o período de validade das tarifas praticadas pelo distribuidor, os clientes não sentem variações de preço.

Em sistemas eléctricos com alguma capacidade de armazenamento de energia, através de bombagem, o consumo associado a este processo depende dos preços da energia eléctrica.

A Fig. 2 mostra o comportamento da bolsa espanhola em duas horas diferentes de um mesmo dia. Verifica-se que a procura é representada por um traço vertical e um dependente do preço, os quais ilustram o que anteriormente foi apresentado.

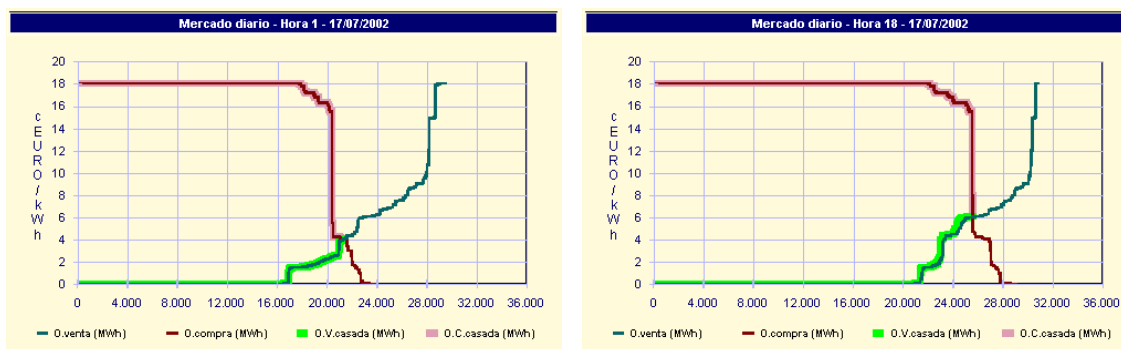


Fig. 2: Determinação do preço horário na bolsa (www.omel.pt)

A electricidade é um factor de produção cujo custo, sobretudo o expectável, determina ou não a alteração ou modulação do processo produtivo ou de hábitos de consumo. Não é razoável considerar que o consumo de electricidade não depende do seu preço.

2º As barreiras à entrada

As barreiras à entrada no mercado não se devem só aos enormes investimentos necessários para a construção dos equipamentos, mas também ao somatório de licenças requeridas, e às ligações às redes (eléctrica, gás, carvão) que os referidos equipamentos exigem. Por vezes o enquadramento regulatório coloca problemas aos novos entrantes, por exemplo, os CTCs (Custos de Transição para a Concorrência) em Espanha têm sido barreiras à entrada para os novos operadores.

A contestabilidade é uma teoria com reduzida aplicação no sector. Ela defende que, existindo facilidade de entrada no mercado para novos operadores, o exercício do poder de mercado, por parte de uma empresa monopolista, desencadeia a entrada imediata de novos concorrentes.

3º Os custos de saída

Exceptuando algumas centrais de ponta, nas quais os custos fixos são diminutos face aos custos variáveis, nas restantes, os custos fixos são determinantes. Por exemplo, num aproveitamento hidroeléctrico praticamente só há custo fixo. Existe, portanto, uma relação elevada entre o custo médio e o custo marginal de produção. Este facto permite estabelecer estratégias que dificultam a entrada e, na saída são enormes os investimentos que estão em causa.

4º Escasso comércio internacional

Se este aspecto é verdadeiro para o sector eléctrico espanhol, o mesmo não se verifica no caso português. A interligação eléctrica entre Portugal e Espanha, vista do lado português, é suficientemente forte, permitindo trocas energéticas com significado.

Deve referir-se que a transmissão de electricidade para grandes distâncias não é a solução mais económica para transportar energia.

5º Não se pode armazenar

Na maioria dos sectores, o armazenamento constitui um instrumento de minimização do poder de mercado dos produtores. Existindo um desequilíbrio entre a oferta e a procura ele é contrariado pela acção dos armazenistas.

Num sector eléctrico puramente térmico, o armazenamento de electricidade não é possível. No entanto, e como já se referiu, para os sistemas eléctricos com componente hídrica, como é o caso de Espanha e em particular de Portugal, o armazenamento é, embora limitado, possível. Um problema surge então: como gerir estas reservas energéticas?

6º A predictibilidade da procura

A procura de energia eléctrica é uma função cujo comportamento, no curto e médio prazo, se determina com razoável precisão. Ele depende do nível de actividade económica e da variável com componente aleatória “tempo” (temperatura, nebulosidade, ...).

7º O conhecimento dos competidores

As empresas conhecem exactamente a curva dos custos dos seus competidores. Não é difícil prever a reacção do mercado e, nestas condições, comportamentos oligopolísticos são possíveis com facilidade.

Para além das características apresentadas anteriormente, penso que há que acrescentar mais três, ligadas aos aspectos técnicos da produção de energia eléctrica.

a) Rendimentos crescentes à escala

Há economias de escala intrínsecas à tecnologia e outras que resultam do funcionamento em rede cooperativo. As primeiras reduzem os custos fixos unitários quando a potência instalada aumenta. Mas o incremento de potência instalada do centro produtor, exige que este esteja integrado num sistema com funcionamento em rede.

b) Sistema com dimensão razoável com comando central

A minimização de custos de operação e a garantia de fornecimento, requerem a existência da manutenção programada e da gestão global do sistema e, em particular, das reservas hídricas.

c) Homogeneidade do produto

Para uma determinada hora de um dado dia, a energia eléctrica que circula em Muito Alta Tensão e que, por exemplo, é transaccionada em bolsa, é um produto homogéneo. A diferenciação que resulta da circulação da energia eléctrica até ao cliente final advém, naturalmente, das características das redes, isto é, da parte regulada do negócio.

A concorrência monopolista é uma teoria com reduzida aplicação no sector.

4. O Negócio de Comercialização de Energia Eléctrica

Se a produção de energia eléctrica necessita de enormes investimentos e ligações às redes, o que estabelece barreiras à entrada e à saída de empresas, a sua comercialização (venda) requer reduzidos activos. A experiência tem mostrado como é fácil a entrada e a saída das empresas de comercialização.

Não sendo possível o armazenamento da electricidade e sem produção própria ou contratada a longo prazo, a comercialização, sendo teoricamente possível nos sistemas em bolsa, tem-se revelado uma actividade com enormes dificuldades para se impor.

5. O Mercado Muito Especial da Energia Eléctrica

Como se referiu no texto, há hoje quem considere que as redes eléctricas constituem um monopólio natural e que a produção e a comercialização da electricidade são segmentos do sector nos quais é possível introduzir a concorrência.

A nossa insatisfação teórica face a grande parte da literatura que aborda a problemática da concorrência no sector eléctrico, conduziu-nos ao texto Teoria Monetária do Mercado, de J. Hicks. A leitura dos primeiros capítulos deste livro foi fundamental para enquadrar as nossas ideias sobre o funcionamento dos mercados.

Há diferentes tipos de comerciantes, primários e secundários, mas o que, fundamentalmente, os caracteriza é a capacidade de comprar e vender no espaço e no tempo, para o que é determinante a formação de “stocks”. Estes dependem da mercadoria em causa; assim, se é fácil armazenar cereais, o mesmo não sucedia no princípio do século, com o peixe. O problema de armazenamento coloca-se, também, na electricidade, o que faz com que o mercado da energia eléctrica seja do tipo “muito especial”, expressão usada por J. Hicks para caracterizar o mercado do peixe do princípio do século XX.

Se na referida época era aceitável que o comerciante de peixe não vendesse porque não tinha recebido mercadoria, hoje, é inaceitável que o comerciante de electricidade não a tenha sempre disponível para os seus clientes. O comercializador (comerciante) de energia eléctrica deve dispor de um meio que lhe garanta a capacidade de fornecimento aos seus clientes. O referido meio é ter produção própria ou produção contratada cujo volume total seja suficiente para garantir o fornecimento aos seus clientes. O que exige, como se referiu no texto, uma dimensão crítica.

Mesmo em alguns manuais de economia industrial a concorrência perfeita merece a primeira página. Ela assegura a existência do equilíbrio geral a que corresponde uma afectação eficiente e óptima no sentido de Pareto. Assim, na microeconomia a concorrência perfeita é, muitas vezes, vista como o paradigma do mercado.

A análise das hipóteses requeridas pelo equilíbrio geral, Teoria do Valor de G. Debreu, mostra que a maximização do lucro para cada um dos produtores exige rendimentos não crescentes à escala. Tal como para muitas indústrias, a organização da produção de electricidade, com rendimentos crescentes à escala, não pode ter como arquétipo a concorrência perfeita. O poder de mercado instala-se facilmente, há que limitá-lo sem contrariar as características intrínsecas do processo produtivo.

6. Considerações finais

Como nota final, é de assinalar algumas das questões referidas no texto. A transformação do monopólio regulado num mercado concorrencial tem duas facetas: o consumidor pode escolher o seu fornecedor e o agente, produtor ou comercializador, pode assumir o seu objectivo empresarial sem o constrangimento da regulação.

A desregulação do sector eléctrico conduziu, em linhas gerais, a duas modalidades para transaccionar a energia produzida: mercado com bolsa obrigatória e mercado de contratos bilaterais.

Na bolsa obrigatória um elemento neutro face aos agentes confronta a agregação das ofertas de produção com as ofertas de consumo. Estabelece-se um preço de equilíbrio que constitui a referência para a receita unitária recebida pelos centros electroprodutores seleccionados. Os consumidores, normalmente, não acedem directamente à bolsa; há os intermediários, comercializadores, que realizam a interface entre a bolsa e os clientes. O mercado com bolsa obrigatória, teoricamente, realiza a desverticalização entre a produção e a comercialização. Nesta metodologia há uma diluição da responsabilidade pela garantia de fornecimento. Este facto pode conduzir a falhas no abastecimento, como já se verificou nalguns sistemas com bolsa obrigatória.

No mercado de contratos bilaterais o principal relacionamento entre a produção e a comercialização faz-se através de contratos entre produtores e comercializadores. O reduzido peso das transacções extra contratos bilaterais tem mostrado, na prática, que este modelo de mercado conduz a, ou reforça, os grupos empresariais integrados e auto-suficientes. O exemplo inglês é elucidativo.

Na Inglaterra e Gales, com a desregulação do sector eléctrico, o monopólio regulado nacional foi desverticalizado e criou-se uma bolsa obrigatória (Pool). A partir de 2001 uma nova metodologia foi estabelecida. Esta, baseada nos contratos bilaterais (Neta) parece ter conduzido, no curto prazo da sua duração, a uma dezena de empresas integradas na operação e no capital. Grandes empresas dos sectores eléctricos francês e alemão controlam, hoje, uma parte das referidas empresas.

Face ao que foi apresentado, qual a solução para o mercado eléctrico? Não há uma resposta única. As especificidades do negócio eléctrico, a história do sector em cada país e a necessidade de relacionamento com mercados vizinhos impõem, concerteza, soluções de compromisso.